De Jânio Quadros a Castello Branco

Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira (*)

Servi no Gabinete do Mar. Teixeira Lott até o dia em que deixou o Ministério da Guerra para candidatar-se à Presidência da República. Não o acompanhei, embora respeitasse sua decisão. Assume o Ministério da Guerra o Mar. Odylio Denys e a Chefia do Gabinete o Gen. Orlando Geisel que tratou de pacificar o ambiente militar. Juscelino Kubistchek, decidido a mudar a Capital para Brasília, manda que os Ministérios militares se preparem para a transferência. Organizam-se, então, os escalões avançados que terão o papel de preparar a mudança gradativa para a Nova Capital. A idéia é grandiosa e logo nos empolga. Preparei uma conferência sobre Brasília e, na primeira oportunidade, fomos ao planalto central viver aqueles momentos de tanto entusiasmo que faziam dos candangos de Brasília, trabalhando dia e noite, os representantes de um Brasil completamente novo e diferente.

Em meados de abril de 1960 saí, com Yolanda, em direção a Brasília. Era emocionante viajar em carro de fabricacão nacional, rodando em estrada feita por brasileiro, com asfalto brasileiro. Havia uma euforia nacionalista muito benéfica mas, as vozes que se levantavam para acusar o Presidente de todos os males e de desencadear a maior inflação da História, não permitiam a esses brasileiros vislumbrar que a criação de Brasília teria uma repercussão geopolítica tão grande que só pela voz dos nossos vizinhos, algum dia, nos chegaria aos ouvidos. No nosso entender um erro cometeu o Presidente Juscelino: o

(*) *Um Capítulo de Memórias* (livro inédito) dos acontecimentos da época vistos por quem deles participou em Brasília, no Rio de Janeiro e em Fortaleza.

de não ter feito seu sucessor. Abandonou o candidato do PSD à sua própria sorte desejando manter-se na posição de mero espectador, para assim poder voltar ao poder em 1965. Sua propaganda — JK-65 — já começara e se espalhava abertamente.

A vitória de Jânio da Silva Quadros foi retumbante. Maior que ela só o espetáculo cívico que Brasília e Juscelino proporcionaram à Nação naquela manhã. Cheia, a Praça dos Três Poderes. À sacada assomam Jânio e Juscelino que retirando com muita classe a Faixa Presidencial entrega-a a Jânio. São passados mais de 20 anos e nunca mais o povo brasileiro assistiu espetáculo de democracia daquele vulto.

O carro de Juscelino foi empurrado pela multidão desde a Praça dos Três Poderes até o aeroporto. Um espetáculo de muita emoção. A partir daquele momento Brasília passaria a viver um clima de grande tensão. Logo à noite ocupou a televisão o novo Presidente, pintando o quadro mais pessimista possível da situação do País. E assim foram os dias e noites que se seguiram. Os bilhetinhos cruzavam a Esplanada dos Ministérios, alguns despertando entusiasmo e esperança mas, outros, revelando apenas o desejo exibicionista de alguém que não traçara um plano de governo, apesar de achar a situação tão difícil e delicada.

Chegamos ao mês de agosto de 1961. Prepara-se o Ministro Denys para comemorar, em Brasília, o Dia do Soldado. Muitas personalidades receberão a Ordem do Mérito Militar. Haverá Ministros e Generais presentes à cerimônia, a primeira a realizar-se na Nova Capital.

Amanhece o dia 25. Tudo pronto. Palanque, microfones, condecorações, tropa em posição. Na hora prevista chega o Presidente que passa Revista à tropa e é recebido no Palanque pelos altos dignitários da Ordem do Mérito Militar. Mandam-me que leia a Ordem do Dia cuidadosamente preparada e muito apropriada ao momento histórico. Esmero-me na diccão e na pontuação. Quando faço uma pausa olho para o Presidente que tem o olhar vago e distante. Prossigo. Não se altera. Finda a cerimônia retira-se com a mesma indiferença com que chegou. Há um certo desafogo, já que tudo correu bem, sem falhas e sem retardos. Retiram-se os convidados e autoridades. O Mar. Denys recolhe-se ao seu Gabinete no 8.° andar acompanhado dos Generais Geisel (Orlando e Ernesto), Âncora e outros que tinham vindo à cerimônia e aguardavam a hora em que os Ministros da Marinha e da Aeronáutica voltariam para apresentar seus cumprimentos ao Exército. Nisto o Mar. Denys é chamado ao Palácio. Preocupa-se porque está aguar-

dando a visita de seus companheiros que não deverão tardar a chegar para nova cerimônia. Mesmo assim sai para o Alvorada sem saber que seus colegas da Marinha e da Aeronáutica também tinham sido chamados pelo Presidente.

Passa-se o tempo. Chegam convidados e o Marechal não regressa. Alguém vê o carro da Presidência passar e alerta que a reunião deve ter terminado. Mas, ninguém volta do Palácio. Perdi a noção das horas.

Já muito tarde chegam o Marechal Denys, o Almirante Heck e o Brigadeiro Moss e se trancam com os Oficiais Generais, das três Armas, presentes. Recebo ordens de apressar a cerimônia dos cumprimentos e esvaziar o mais rapidamente possível o salão nobre. As saudações e as respostas são breves. Há qualquer coisa no ar, todos o sentem. Recordo-me que a pior hipótese que se aventou foi a da intervenção na Guanabara, pois, Carlos Lacerda na véspera criara um caso em Brasília com o Presidente. Mas, na verdade, o motivo era outro. Jânio chamara os Ministros Militares para comunicar-lhes que decidira renunciar à Presidência da República. Deles não aceitou os rogos, pedidos, ponderações e apelos para que voltasse atrás e reconsiderasse a idéia de abandonar o Governo. Foi irredutível.

Abre-se a porta do Gabinete do Ministro e o Gen. Orlando Geisel me manda chamar o Dep. Ranieri Mazili, Presidente da Câmara dos Deputados. Entro em ligação com o Secretário de Mazili que diz estar presidindo uma sessão muito difícil e tumultuada mas que tão logo lhe seja possível virá ao Ministério. Quando levo essa notícia ao Gen. Geisel ele me pega pelo braço e me diz para ir buscar o Mazili imediatamente e traze-lo de qualquer modo, pois a situação era muito grave acrescentando: "O Jânio renunciou".

Não perdi tempo. Mergulhei pelos subterrâneos do Congresso e já saí de lá discretamente à frente do carro da Câmara que me seguiu até o Ministério. Subi pelo elevador privativo do Ministro e introduzi o Pres. Mazili no Gabinete onde se encontravam os Oficiais Generais. Novos silêncios e nova espera até que novamente se abre o Gabinete e me mandam receber o Ex-Presidente Juscelino. Finalmente parece que todos se entenderam e nada mais têm a conversar. Recebo ordens de estar às 15.00 horas no Gabinete do Presidente da Câmara.

Durante todos aqueles 16 meses em Brasília eu fora o Oficial de Relações Públicas e de ligação com o Congresso. Meu expediente da tarde era lá em trajes civis. Conhecia

quase todos os congressistas, entrava nas secretarias das duas casas, acompanhava o trabalho das comissões, assistia algumas sessões, procurava atender os que precisavam de dados e informações. Aumentara meu trabalho a nomeação para o cargo de Assistente-Secretário do Marechal Denys.

Por isto cheguei em casa às pressas, troquei minha farda por um traje civil e saí correndo para o Gabinete de Mazili. Só depois de 8 de setembro, viria a saber de minha promoção a Coronel e teria o prazer de voltar a fardar-me envergando as três estrelas douradas. Naquela tarde cheguei, cumprimentei os presentes ao Gabinete e me sentei discretamente. Mas era tal o movimento que passei para a sala ao lado e aguardei os acontecimentos, pronto a atender a qualquer necessidade de Mazili.

Não se passa muito tempo e ouço um barulho que vinha crescendo e se aproximando. Gente correndo, falando, gritando, se agitando. Fiquei atento e logo tudo se esclareceu. Um jornalista acabara de saber de Auro Moura de Andrade, Presidente do Senado, da renúncia de Jânio e trazia na mão um papel que devia ser cópia da renúncia. Não há mais por que esperar. Imediatamente é convocada uma sessão conjunta da Câmara e do Senado e lida a renúncia. Afonso Arinos ainda aconselhara o Congresso a não aceitá-la. Mas não havia solução possível. O ato da renúncia é irrecorrível e expressa a vontade soberana de quem renuncia, não admitindo discussão sobre a validade ou não daquele ato voluntário. E assim, em poucos minutos a Nação tomava conhecimento do que se passara naquela manhã e que agora se concretizava com a leitura da carta de renúncia do Presidente que se sabia encontrar-se na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo.

Só restava empossar o novo Presidente. Como o Vice-Presidente estivesse no exterior, cabia ao Presidente da Câmara assumir a Presidência. A pé se dirigiram todos para o Palácio do Planalto e ali, na presença dos Ministros Militares e Congressistas, Ranieri Mazili assumiu a Presidência da República.

Começava naquela tarde um dos períodos políticos mais críticos e difíceis. Os Ministros militares tomaram posição firme contra a posse do Vice-Presidente João Goulart por considerá-lo homem de tendência esquerdista e chefe de um partido que se batia pela implantação de um regime sindicalista e abrigava os partidários do comunismo internacional. Apresentaram as razões para impugnar a posse de Jango em um Manifesto que passou a ser conhecido como Manifesto dos Minis-

tros Militares. Os três Ministros mantinham sua unidade de pensamento mas logo se formaram correntes de opinião nos escalões subordinados achando que a Constituição devia ser obedecida. Leonel Brizola, Governador do R. G. do Sul encabeçou o movimento que passou a chamar-se da legalidade e pelo rádio, mobilizou a opinião pública do seu Estado. Não contando com o apoio do Congresso para decretar o Impeachement do Vice-Presidente, o caso político foi se arrastando e perdeu seu impulso e ação de surpresa. Dividia-se a opinião pública, dividia-se o congresso, dividiam-se os Governadores, e pior que tudo, dividiam-se as Forças Armadas. Dia e noite acompanhando os trabalhos do Congresso sentia que a situação se agravava a cada momento sem que houvesse um consenso em torno de qualquer medida que permitisse uma saída para a crise. Ao fim de alguns dias vislumbrou-se uma solução que, se aceita e bem conduzida, poderia quebrar o impasse diante do qual se defrontava a Nação. Seria uma emenda à Constituição instituindo o Parlamentarismo. Dessa forma se daria posse ao Vice-Presidente mas as responsabilidades de Governo caberiam ao Primeiro Ministro. A solução interessava ao Congresso que sairia fortalecido da crise e aos Ministros que deixariam seus cargos certos de que o perigo de comunização do País estaria afastado. Muitos dias se passaram e muitas reuniões se realizaram até que vingasse e fosse aceita a idéia do Regime Parlamentarista.

Aprovada a Emenda Constitucional terminava minha missão de ligação com o Congresso. Ainda acompanhei o Mar. Denys na visita que fez a João Goulart, depois de sua chegada a Brasília, no apartamento de Ranieri Mazili, na SQS 107, quando lhe afirmou que nenhum problema encontraria na área militar desde que aceitasse governar dentro do novo regime parlamentarista recém-aprovado pelo Congresso.

Denys voltou à residência do Ministro, no Setor Militar, vizinho ao Batalhão da Guarda Presidencial. Ao retirar-se apertou a mão do soldado que estava de sentinela a quem dirigiu algumas palavras. Dali seguimos para o Aeroporto de onde embarcou com seu Ajudante-de-Ordens.

Nada mais tinha a fazer em Brasília e viajei para o Rio onde me apresentei ao Gabinete do Novo Ministro, cujo Chefe Gen. Ênio Garcia, me recebeu mal e me deixou sem comissão enquanto pôde.

Não demorou muito tempo e o Gen. Castello Branco chamou-me ao seu Gabinete, na Diretoria Geral do Ensino, e me convidou para chefiá-lo. Fiquei a dever este grande favor a

meu Chefe e amigo que me estendeu a mão quando me achava desamparado. Por isto me desdobrei para bem servi-lo naquela função de confiança. Preocupado com o clima de insegurança que se criava passou o Gen. Castello a levar sua palavra de esclarecimento aos seus subordinados. Dentro dessa idéia realizava conferências na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Defesa Antiaérea, Colégio Militar, Escola de Instrução Especializada e desenvolveu com autoridade um excelente curso de Guerra Revolucionária. O longo elogio que me consignou ao deixar a DGE é daqueles que se guardam com carinho, pois, escrito com cuidado e fruto de sua própria observação, está repleto de palavras desvanecedoras quanto à minha maneira de agir, ao meu caráter de homem e militar, considerando-me um oficial de Estado-Maior de qualidades excepcionais e de um chefe que conquista a confiança de superiores e subordinados.

Não quis que o acompanhasse ao Nordeste, onde ia comandar o IV Exército e me deixou na 2.ª Seção do Estado-Maior do Exército. Sentia-se pouco acomodado com o Governo Goulart e com seu Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro. Bem que desejei seguir como oficial do seu Estado-Maior mas não o consentiu.

Não se passaram muitos meses e fui nomeado Comandante do 23.º BC. Volto ao Ceará a fim de realizar um velho e acalentado sonho: comandar a Unidade em que primeiro servi. Deixo meu estimado amigo Mario Cavalcante, meu Chefe na 2.ª Seção do EME, onde acompanhávamos os acontecimentos militares através de nossos Adidos, particularmente na América do Sul. O trabalho era interessante, realístico e produtivo. Lembro-me de ter dito, na minha despedida, que há 28 anos passados, como Aspirante-a-Oficial, vivera no 23.º B.C. uma situação político-social não muito melhor do que a dos dias que estávamos passando. Havia conspiração, influência da política partidária e infiltração comunista. "Mas havia, também, um Exército vigilante". E finalizava afirmando que o Exército permanecia vigilante.

Viajei para Fortaleza e guardo até hoje, com minha mulher, a imagem de D. Argentina, a boa amiga que fora receceber-nos com o Gen. Castello no Aeroporto de Guararapes, quando de nossa passagem pelo Recife. Disse não estar se sentindo muito bem, mas que pretendia visitar Fortaleza dentro de poucos dias e procuraria Yolanda. Contou-nos depois o

Gen. Castello que fora aquela a última vez que saíra, antes de prostrar-se, para falecer três dias depois.

Dias conturbados a Nação estava vivendo, desde que João Goulart, com seu plebiscito, retomara a Chefia do Poder Executivo enterrando, sem muito respeito, o frágil e ainda não consolidado Governo Parlamentarista, através do qual tantos brasileiros esperavam se pudesse conseguir certa estabilidade política.

Ao assumir o Comando do 23.° B.C. dei à minha fala caráter essencialmente profissional, ressaltando o valor do trabalho e da subordinação da vontade individual em proveito do todo, assim como do senso de responsabilidade, elementos esses capazes de assegurarem a disciplina e o moral. Tais fatores somados ao espírito de corpo levariam à obtenção da eficiência profissional da Unidade. Era isso o que esperava de meus subordinados para vencer a inércia, o comodismo e a descrença. De outra parte, estava cônscio das responsabilidades que me cabiam, como comandante, pela administração, disciplina, instrução e por tudo que minha Unidade fizesse ou deixasse de fazer.

Vivíamos uma fase política difícil, exacerbada pelas ações partidárias e ideológicas. Para preservar a tropa das influências externas necessário tornava-se mantê-la ocupada e assegurar-lhe um mínimo de eficiência profissional. Essa foi a meta a que me propus alcançar, desde 20 de abril de 63, quando assumi o comando, prestigiado pelos Chefes militares e pelo mundo oficial e civil de Fortaleza.

Não seria tão fácil como prometia o comando do 23.° B.C. ao qual voltava como Coronel, mas animado da mesma fé e entusiasmo do Tenente. O Quartel já não era o mesmo, nem os tempos, mas a agitação política não serenara e rondava a caserna

Em agosto, o Gen. Castello Branco veio a Fortaleza despedir-se da guarnição e das autoridades, nomeado que fora para a Chefia do Estado-Maior do Exército. Escolhera o meu quartel para falar aos oficiais e ali recebeu justa homenagem pelos seus méritos de destacado soldado e cidadão. Relembrei sua vida militar pregressa, desde quando cadete o via, no Campo de Instrução de Gericinó, ao lado dos oficiais da Missão Militar Francesa, como Diretor de Ensino da Escola Militar do Realengo, até conhecê-lo como Chefe da Seção de Operações da FEB, quando levava sua ação à frente de combate, expondo sua vida, a fim de não perder o contacto com a tropa e orientá-la no cumprimento da idéia de

manobra do Comando. Após o conflito, como Diretor de Ensino da Escola de Estado-Maior do Exército, conseguiu reformular a doutrina, abandonando velhos padrões, ultrapassados em face da evolução do material, da técnica, da tática e da logística. Ao despedir-se da nossa turma, formada nos três anos de sua gestão, alertava-nos para a luta que teríamos de travar contra as fórmulas feitas que "encerrando aparentemente uma legenda ou um pensamento cobrem a ausência de idéias e a inação. São, por outro lado, o escudo da rotina". Ao mesmo tempo que nos concitava a quebrar as fórmulas advertia-nos para que não o fizéssemos "com obra de imaginação" e sim com a "visão concreta dos problemas militares". Prossegui relembrando, aos presentes, fatos de sua atuação como General no Comando da 10.ª R.M., na Subchefia do EMFA, na Escola Superior de Guerra, na Diretoria Geral do Ensino. Disse do pesar com que o víamos afastar-se do Comando do IV Exército, onde sua presença era penhor de garantia do regime mas, reconhecíamos que a Chefia do EME seria o coroamento natural de uma brilhante carreira militar. E realmente o foi. Só sairia dali, convocado por seus compatriotas, para empossar-se na Presidência da República.

O restante do ano foi inteiramente dedicado ao adestramento da tropa. Aumentava a cada dia a tensão político-social e se agravava a crise econômica. As greves e agitações se amiudavam.

Em maio o Dep. Leonel Brizola ofendeu, em comício realizado em Natal, o comandante da guarnição e da ID/7 Gen. Antonio Carlos da Silva Muricy. A reação da tropa foi imediata, encaminhando-se para o desagravo por meios violentos, a tempo evitado pelo próprio General. No dia seguinte reunem-se no QG todos os oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e Força Pública para prestar integral solidariedade ao seu Chefe e condenar a atitude de Brizola considerada "coerente com a que vem assumindo há já algum tempo, bem conhecidas de todos nós — a propaganda da revolução, da subversão do regime, do fechamento do Congresso Nacional, do terrorismo, em suma, da Guerra Revolucionária". Brizola atacava Muricy por sua atitude em 1961, quando deixara a Chefia do EM do III Exército, por não concordar com a adesão do Gen. Machado Lopes à "campanha da legalidade" desencadeada pelo então Governador do Rio Grande do Sul.

Os acontecimentos de Natal, em que, na pessoa de um oficial General se atacavam e feriam as Forças Armadas, tiveram repercussão nacional.

Em setembro ocorre o levante dos Sargentos, em Brasília, tendo por causa imediata a decisão do Supremo Tribunal Federal que, por sete votos a um, não lhes reconheceu o direito de se elegerem para o desempenho de cargos políticos. A verdade é que o Gen. Osvino Ferreira Alves estimulava a politização da "classe" dos Sargentos, acreditando ser a melhor maneira de evitar um golpe militar dos chamados "gorilas". Jango apoiava a idéia de Osvino, falando aos graduados e procurando doutriná-los para se oporem aos oficiais. Quando estoura na Base Aérea de Brasília o movimento que reunia sargentos da Aeronáutica, Exército e Marinha, as Forças se mantêm coesas e o Ministro Jair Dantas Ribeiro consegue abafar a revolta em seu nascedouro.

Esboçava-se uma divisão nas Forças Armadas com uma corrente achando que se deviam fazer concessões para evitar o agravamento da crise e outra julgando ser chegado o momento de pôr fim às greves.

O precedente de Brasília fora perigoso. Aumenta o clima de desconfianças e tensões. Manifestam-se sinais de inquietação quanto à perturbação da ordem já que o próprio Governo pede ao Congresso emenda à Constituição para permitir a elegibilidade dos graduados. Tancredo Neves, Primeiro Ministro, define o pensamento do Governo como favorável à elegibilidade dos Sargentos mas contrário ao processo que utilizaram para apoiar sua reivindicação.

Não andavam bem as relações dentro das próprias Forças. A camaradagem desaparecia, substituída pelos ressentimentos e desconfianças. Em certa época eu poderia ser considerado "golpista", por ter servido no Gabinete do Gen. Lott e, logo depois, por ter sido Assistente do Mar. Denys, quando os dois já tinham opiniões discordantes. Na verdade, nunca me preocupei com o assunto. Considerava-me um oficial apolítico que servia para congregar e jamais para conspirar ou prevalecer-me do cargo e usufruir vantagens. Encontrei, nos dois Gabinetes, oficiais que pensavam como eu. Agíamos em consonância com o que sentíamos, permanecendo leais ao Chefe e pensando que acima de tudo a Instituição devia ser preservada.

Em Fortaleza, o Comandante da Região Militar, Gen. Almério Castro Neves, entrou em férias e viajou para o Rio de Janeiro antes do término da pena disciplinar que aplicara ao Oficial Comandante do 10º G.O.

No dia 13 de março João Goulart inicia sua desesperada caminhada para o golpe que preparava, visando uma radical

mudança no regime com suas famosas Reformas de Base. Consegue reunir num Comício realizado em frente à Estação Central do Brasil, ao lado do Ministério da Guerra, perto de 100.000 operários e "pelegos". No palanque, políticos, Ministros de Estado e militares. O Brasil inteiro permanecia junto aos rádios e televisores, estarrecido, acuado, amedrontado. Bastava ler as faixas e cartazes onde a foice e o martelo se misturavam a *slogans* subversivos.

No 23º B.C., que entrara de sobreaviso desde zero hora, oficiais e praças ouviam apreensivos os discursos inflamados, demagógicos e ameaçadores; Brizola pedia o fechamento do Congresso e sua substituição por uma Assembléia de soldados, operários e camponeses. Jango considerava superados o regime democrático e a ordem social vigente, prometendo realizar as Reformas de base, entre as quais figurava em destaque a agrária, através do confisco de terras.

Imediatamente se fez sentir a reação na opinião pública. A mais importante partiu das mulheres paulistas que se arregimentando compareceram às ruas no dia 19 de março. Cerca de 600.000 mulheres desfilaram pelas Avenidas paulistanas, cantando e orando, caminhando e rezando, na célebre "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". E enquanto andavam distribuiam uma "Proclamação", mostrando que a Pátria estava em perigo, pois, homens ambiciosos e sem fé haviam se apoderado do Governo e se infiltravam nas Forças Armadas.

Sentia-se em toda parte a gravidade da situação nacional, embora os reflexos da crise chegassem um pouco amortecidos a Fortaleza. A expectativa pelo que poderia ocorrer era grande. Com exceção dos jornais do Rio e São Paulo as notícias vinham, naturalmente, deturpadas pelo maior ou menor envolvimento daqueles que as transmitiam. Os comunicados do próprio Gabinete do Ministro não revelavam a verdadeira situação. Reuni, então, os Oficiais e lhes transmiti minha intenção de ir ao Rio de Janeiro em busca de informações mais seguras, prometendo-lhes que voltaria de imediato, caso algo de anormal se registrasse.

Ainda tinha presentes as palavras do Gen. Castello em cartão que me enviara, no dia 5 de março, agradecendo a mim "e à Yolanda a assistência amiga que aí me deram. Uma boa e prestimosa amizade conforta, compensa e anima". Enviava-me a Conferência que proferira na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais que dizia "vazada numa linguagem muito simples, para jovens Capitães". E vinha o alerta que me levou a ir ao Rio de Janeiro e procurá-lo: "A situação continua sombria e com

rumos imprevistos". À Yolanda enviava suas "melhores recomendações" e a mim "um abraço muito amigo do velho camarada". Seus agradecimentos estavam ligados à sua recente passagem por Fortaleza. Chegara no dia 8 de fevereiro e fora recepcionado com um jantar na casa de Elza e Otávio Pontes, ao qual estivéramos presentes.

Como normalmente fazíamos quando se apresentava uma oportunidade de gozar da companhia do Gen. Castello e da saudosa D. Argentina, reuniu Yolanda, em nossa casa, um grupo de amigos comuns, a ele ligados por sólida e desinteressada amizade e que sabíamos ser de seu agrado encontrar. Nesse dia sentaram-se à mesa conosco Candinha e Murilo Borges, Alba Frota (que veio a falecer no mesmo desastre aéreo que o vitimou), Waldelice e Raimundo Teles, Elza e Otávio Pontes.

Mais refeito do terrível golpe que sofrera, o Gen. Castello deu vazão ao seu espírito comunicativo, tornando o ambiente alegre e descontraído, pedindo notícias a um e outro de seus familiares e de seus afazeres. Em dado momento Yolanda fala da situação política indagando como ia ficar tudo isso que estávamos vendo. Castello, mais circunspecto, responde que estávamos vivendo momentos de apreensão e que a situação se lhe afigurava muito séria.

Decidido a ir ao Rio passei o comando ao Maj. Ésio Lima Verde e viajei num avião da FAB que decolou às 7 e 15 min, e chegou ao Galeão às 16:45 do dia 18 de março. Apresentei-me a Diretoria de Pessoal e procurando informar-me da situação estive com os companheiros da Diretoria Geral de Ensino e do Estado-Maior do Exército, de onde havia saído para o Nordeste. Falei com o Gen. Castello em seu Gabinete.

Na noite de 22 o Gen. Castello foi ao nosso apartamento, à rua Voluntários da Pátria, 166, que ele costumava freqüentar, com D. Argentina e tantos outros amigos, há alguns anos. A situação política era muito tensa e em torno da delicadeza do momento girou a conversa. Nada de positivo se revelou quanto a uma possível reação armada pelos menos até aquela data, limitando-se o Gen. Castello a repetir que a situação era de suma gravidade.

No dia 23, segunda-feira, torna-se evidente que os acontecimentos são dirigidos e precipitados intencionalmente, pois desta vez se orientam fundamentalmente para atingir a única instituição capaz de opor-se, pela força, à ação do Governo e das chamadas organizações de base que o apoiavam. Cerca de 1.400 marinheiros e fuzileiros navais, no Rio de Janeiro,

amotinam-se e se refugiam na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Negam-se a cumprir a ordem de regressaram aos navios. Apresentam reivindicações ao Presidente da República que são levadas, no dia 27, pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ao Palácio das Laranjeiras.

Exonera-se o Ministro Silvio Mota depois de demitir do Comando Cândido Aragão, o "Almirante do Povo' que incentivava o motim. O Exército cerca o prédio do Sindicato. Goulart pede aos marinheiros que voltem aos navios, prometendo-lhes que não seriam punidos. Os rebeldes retirados do prédio são entregues à Marinha cujo Ministro recém-nomeado, o Alte. Paulo Mário Rodrigues, era tido como comunista, e, assumindo suas funções, no dia seguinte decide dispensar as faltas disciplinares cometidas a bordo e no Sindicato dos Metalúrgicos. Os indisciplinados marujos comemoraram sua vitória na Av. Rio Branco, na companhia do Alte. Aragão.

Nesse sábado mais de 2.000 Oficiais de Marinha, reunidos no Clube Naval, lançaram Manifesto à Nação dizendo que a Marinha fora "abalada em seus próprios fundamentos" por um ato de indisciplina, acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio de hierarquia. Terminava alertando para o perigo que isto representava para a instituição e para o Brasil.

Na sexta-feira mantivera contacto telefônico com o Gen. Castello, que almoçara com sua filha Nieta. No sábado estive em casa do meu irmão Paulo onde havia alguns de seus colegas da Marinha muito abalados e revoltados com o que estava ocorrendo. No domingo, dia 29, voltei a procurar o Gen. Castello em sua residência, na rua Nascimento Silva. Disse-me ele que a situação era muito grave e não se sabia que rumo tomariam os acontecimentos. Perguntei-lhe se deveria regressar imediatamente a Fortaleza. Respondeu-me que não lhe parecia necessário e me mandou conversar com seu Assistente Cel. Darcy Lázaro, na sala ao lado, pois ia receber o Gen. Cordeiro de Faria. Lá também se encontravam os Gens. Ademar de Queiroz e Ulhoa Cintra, além do Cel. Rego Barros. Saí sem ter a menor idéia de que a Revolução estava prestes a eclodir.

Ainda hoje parece-me que até aquele momento não havia uma definição da oportunidade em que se faria necessária qualquer reação armada. Todos os Chefes acompanhavam os acontecimentos e mantinham estreita ligação, para troca de informações. É quase certo que os Gens. Guedes, em Belo Horizonte, e Mourão, em Juiz de Fora, agiram sem con-

sultar o Gen. Castello e os que o assessoravam, os quais foram surpreendidos.

No dia 30 à noite, Jango comparece ao Automóvel Clube do Brasil a fim de ser homenageado pela Associação dos Sargentos e Subtenentes da Polícia Militar. Presentes estavam três Ministros Militares e quatro de outras pastas, além de Deputados, Generais e centenas de Sargentos e Cabos. Falaram os sargentos da Polícia Militar, da Aeronáutica, do Exército, todos pronunciando discursos violentos e radicais. Falou, também, o Ministro da Justiça. Abraçados, o Alte. Aragão e o Cabo Anselmo, que liderara a revolta dos marinheiros, receberam estrondosa manifestação. Por fim, Jango fez um discurso arrogante, provocativo e demagógico, atacando o regime, prometendo realizar as Reformas de base com apoio dos sargentos, alicerce básico das Forças Armadas. Foi um espetáculo deprimente.

Na manhã seguinte o comício se tornara manchete em todos os jornais, uns exaltando o acontecido, como o *Diário de Notícias* procurando alertar a opinião pública: "Está vivendo o País uma hora decisiva. Ou soçobra, de vez, a democracia, com a derrocada do que ainda resta por salvar, ou reage a Nação e faz valer a Lei e a Ordem".

Ao regressar do HCE, onde passara a manhã, encontrei o Palácio da Guanabara totalmente isolado. À noite o Rio se encheu de boatos, prós e contra a situação.

Na manhã de 1.º de abril a imprensa publicava a Proclamação de Magalhães Pinto, distribuída aos jornais na noite anterior, na qual definia a posição de Minas Gerais, bem como o Manifesto à Nação lançado pelo Gen. Olímpio Mourão. De Belo Horizonte e Juiz de Fora as tropas do Exército e da Polícia marcham em direção ao Rio de Janeiro, aproveitando o impacto psicológico produzido pela acintosa reunião do Automóvel Clube, onde Jango deixara claro que tudo estava pronto para o estabelecimento de uma República Sindicalista, como diz o Mar. Denys, grande incentivador da Revolução em Minas Gerais e cuja atuação é valiosa quando se dá o encontro com a tropa que subia do Rio de Janeiro.

Corri ao Aeroporto Santos Dumont com minha mulher e meu cunhado. Todos os aviões estavam parados. Nenhuma companhia podia operar. Fernando, exaltado, olhava com desdém para os "pelegos" armados que passavam ao seu lado e dizia "essa pelegada ainda terá que ajustar contas um dia". Estive no Ministério à procura de um meio de regressar a For-

taleza e nada consegui. O Gen. Acioli Borges prometeu ajudar-me.

Só no dia 2, graças ao prestígio de meu cunhado Milton, consegui reserva na VASP. Voltei ao Ministério para apresentar-me e ali estive com os Gens. Castello Branco, Ernesto Geisel e Jurandir Mamede.

Decolei do Santos Dumont às 09.30 do dia 3, no Turbo hélice "Viscount" que aterrisou em Fortaleza às 17:30. Tendo viajado fardado, dirigi-me diretamente do Pinto Martins ao Quartel do 23.º B.C., onde reuni os oficiais e reassumi o comando da Unidade, cerca das 18:00 horas. Tive o prazer de ouvir de meus oficiais que não aceitariam entregar o comando da Unidade a nenhum outro oficial. Senti que era bem recebido. Comuniquei minha chegada e assunção de comando ao Cel. Aloisio Brígido Borba, que respondia pelo comando da 10.ª R.M. o qual externou satisfação por ver-me de volta e logo me convocou ao Quartel General.

Na reunião de Oficiais e Comandantes de tropa no Q.G. expus o que se passara antes e depois da minha saída do 23.º B.C. que desde a noite de 31 entrara de prontidão, cumprindo missão e guardando os pontos sensíveis da Capital. Relatei minha atitude, quer aqui, quer no Rio, e os contactos que procurei manter. Ao regressar ao Quartel recebi a visita dos Majores Egmota Bastos, Comandante do 10.º G.O. e Breno Vitoriano, Subcomandante, num ato de congraçamento que muito nos ajudou daí por diante. Tornaram-se meus bons amigos desde aquela noite.

Não terminaria essa jornada sem que eu recebesse ainda a visita do Gen. Isaac Nahon, Chefe do EM do IV Exército, que viera a Fortaleza para saber como se desenrolavam os acontecimentos e, talvez, apurar qualquer alteração, pois, ao regressar levou a Recife um Oficial Superior. Voltaria na manhã seguinte e ao deixar-nos externou o elevado conceito que formara da Unidade e de sua conduta nos dias anteriores.

Não comandei o 23.º B.C. no dia 31 mas cheguei bem a tempo de colocar-me à sua frente durante todo o período revolucionário. No dia 7 foi determinada a prisão dos líderes que tentavam fugir da cidade e que ouvidos forneceram novas pistas. Daí por diante passou a ser ponto de honra da Unidade o tratamento condigno dos presos políticos que a cada dia cresciam em número e posição com a chegada de cinco ex-parlamentares. No dia 10 eram quarenta, alguns dos quais já postos em liberdade. Mais tarde ultrapassariam uma centena. Foi um período muito difícil para a Unidade que se

esforçou por manter-se à altura de suas tradições, apesar da pobreza de meios e recursos de que dispunha.

No cenário nacional Ranieri Mazzilli, com a fuga de João Goulart, assumiu a Presidência. Na madrugada do dia 2, o Gen. André Fernandes, Chefe de Gabinete do ex-Ministro Jair Dantas Ribeiro, comunicou ao Presidente do Senado a saída de Jango e o Sen. Auro de Moura Andrade, sem perda de tempo, convocou uma Sessão do Congresso que considerou vago o cargo de Presidente da República e nele empossou Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados.

Desde 12:30 horas do dia 1.º Jango deixara o Palácio das Laranieiras, no Rio, acompanhado de seu Chefe da Casa Militar, Gen. Assis Brasil e do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, e voara para Brasília, refugiando-se na Granja do Torto. Ali pretendia resistir e organizar sua "defesa político-parlamentar". Não encontrou apoio no Congresso, nem na tropa. Nessa mesma noite voou para Porto Alegre onde o Gen. Ladário comandava o III Exército e Brizola pretendia reeditar sua campanha da legalidade. O Governador Ildo Meneghetti já aderira à Revolução e Jango teve que voar para o Uruguai. O Gen. Floriano Machado, contrariando Ladário, dissera que Jango devia saber a verdade, ou seja, que não contaria mais com o III Exército unido, pois muitas unidades haviam aderido ao movimento revolucionário iniciado em Minas. Que a ordem do Gen. Costa e Silva era prendê-lo e levá-lo de volta ao Rio. Jango, naquele momento, decide pedir asilo ao Governo Uruguaio, viajando aos primeiros minutos do dia 22 para Montevidéu.

A 9 de abril o Comando Militar constituído pelos três ministros militares, Costa e Silva, do Exército; Correia de Melo, da Aeronáutica e Augusto Radmaker, da Marinha, baixou o Ato Institucional suspendendo "por seis meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade". Deixava bem claro que a Revolução não procurava "legitimar-se através do Congresso" mas, ao contrário, ela é que legitimava o Congresso. A esse Ato seguiram-se as primeiras cassações de mandatos e direitos de militares e civis.

No dia 11 o Congresso Nacional elege o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República, marcando a posse para o dia 15. Ao receber a comunicação feita por Mazzilli disse: "Que Deus e os homens me ajudem a bem dirigir o Brasil".

No dia da posse, perante a Unidade formada, o Comandante do 23.º B.C. proferiu palavras de exaltação ao Marechal Presidente, após o que a tropa desfilou. Dias depois realizou-se a "Marcha da Família, com Deus pela Liberdade", em homenagem às Forças Armadas, seguida de *Te-Deum* oficiado na Catedral Metropolitana, pelo Arcebispo Dom José Delgado. Outras manifestações de apreço e reconhecimento tiveram lugar na Assembléia Legislativa, Clubes de serviço, Clubes sociais e Associações de classe.